

## **ACESSO À JUSTIÇA COMO FORMA DE CIDADANIA: DEBATE SOBRE OS IRDR NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS.**

ACCESS TO JUSTICE AS A FORM OF CITIZENSHIP: DEBATE ON IRDRS IN THE SPECIAL CIVIL COURTS.

### **GT 4 - Acesso à Justiça e Cidadania**

Jorge Lucas Vieira Marcolini

O acesso à justiça é direito humano e essencial expresso na CF Art. 5 XXXV, visa o completo exercício da cidadania para que haja uma igualdade entre os indivíduos, permitindo assim a todos que seus direitos lesionados ou ameaçados, sem distinção, poderão ser socorridos justiça. Pode ser chamado também de princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional ou princípio do direito de ação. O Estado precisa se preocupar para garantir, através de suas instituições, a justiça às pessoas desfavorecidas. Como forma de facilidade de acesso à justiça temos como exemplo os Juizados Especiais, que de acordo com Lei própria n. 9.099/95, Art. 2º: "O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação". O Juizados foram criados para atender causas de menor complexidade de até 40 salários mínimos, não necessitando de assistência de advogado quando a causa for menor do que 20 Salários mínimos, também não há custas processuais em primeiro grau, o que permite o acesso de pessoas com baixa renda basta. Dito isso, verifica-se a simplicidade e garantia a todo indivíduo do amplo acesso à justiça. Os Juizados Especiais, de acordo com os princípios adotados, se mostram muito eficientes em solução de litígios de causas de menor complexidade, pois em minutos o indivíduo tem sua pretensão incluída no meio judicial. Destarte tal facilidade pode acarretar reflexos negativos, como por exemplo o IRDR (incidente de resolução de Demandas Repetitivas), ações em massa contra empresas de grande porte, que causam a perda da celeridade processual por conta da quantidade de processos protocolados. O Direito nesse meio acaba se tornando uma forma de comércio, de busca pelo lucro e perde-se nesse meio a busca real pela Justiça e satisfação do Direito dos indivíduos. Inclusive dos menos informados, com baixa renda e que realmente precisam desse fácil acesso à justiça.

Palavras-chave: Justiça. Indivíduo. Cidadania.